

PROCURADORIA JURÍDICA - CONVÊNIO 001/2022

CONVÊNIO DE CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DESCONTO DE EMPRÉSTIMOS COM AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PESSOAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA - DER/PB, QUE ENTRE SI CELEBRAM O DER/PB E O BANCO DAYCOVAL S/A, MEDIANTE AS CLÁUSULAS A SEGUIR AVENÇADAS. EM CONFORMIDADE COM A SOLICITAÇÃO FEITA ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 3611/2021-6 DER/PB.

CONVENIENTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA-DER/PB, Órgão da Administração Direta Descentralizada do GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, vinculado à SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, com sede na Av. Min. José Américo de Almeida, s/n, Torre, CEP: 58.040-902, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.122.706/0001-09, representado neste Ato pelo seu Diretor Superintendente, **Engº CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA**, CIC N.º 002.242864-04, RG/SSP/PB, n.º 55.233 residente nesta cidade, doravante denominada simplesmente **CONSIGNANTE**.

CONVENIADA: BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ n.º 62.232.889/0001-90, com sede social na Avenida Paulista, n.º 1.793, Bairro Bela Vista, CEP 01311-200 – São Paulo-SP, neste ato representada pelos seus representantes legais, a saber, os senhores **NILO CAVARZAN**, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG n.º 5.164.530-0 SSP/SP e CPF n.º 568.088.018-00 e **RICARDO DA SILVA**, brasileiro, casado, bancário, portador do RG n.º 12413449 SSP/SP e CPF n.º 042.285.438-71, doravante denominada simplesmente **CONSIGNATÁRIA**.

CONSIDERANDO o Convênio de n.º. 001/2022, assinado em 17 de janeiro de 2022, com vigência até 16/01/2023 firmados entre o Estado da Paraíba e o Banco Daycoval S/A, conforme informações constantes no seu extrato de publicação;

CONSIDERANDO o teor da Cláusula 18, disposta no Convênio supracitado, no sentido de que para fins de credenciamento do Banco Daycoval S/A na Administração Indireta, para os mesmos fins, quais sejam “CONCESSÃO DE DESCONTO DE EMPRÉSTIMOS COM AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PESSOAL”, necessário se faz formalizar individualmente um Convênio padrão com as mesmas regras e procedimentos contidos naquele.

CONSIDERANDO que o Convênio anteriormente firmado com este DER-PB (Convênio 001/2018) teve seu prazo de vigência findo em 13/04/2021, não podendo, portanto, ser prorrogado. **RESOLVEM:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - É objeto do presente CONVÊNIO, visando beneficiar aos Servidores Públicos, a concessão, pela CONVENIENTE à CONVENIADA, EMPRÉSTIMOS CONSIGNADO COM AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PESSOAL



DOS SERVIDORES PÚBLICOS, observado o regulamento estadual, conforme estabelecido no Decreto 32.554, de 01 de novembro de 2011 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1 - O presente CONVÊNIO reger-se-á pelas seguintes legislações:

- Constituição Federal;
- Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores;
- Decreto Estadual nº. 32.554, de 01 de novembro de 2011 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INEXISTÊNCIA DE CO-RESPONSABILIDADE DA CONSIGNANTE PELOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS:

3.1 - A CONSIGNANTE não é parte da relação contratual firmada entre o Servidor Público e a CONSIGNATÁRIA, portanto, a consignação em folha de pagamento não implica em co-responsabilidade da Administração Pública Estadual, por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo servidor junto a CONSIGNATÁRIA, sob nenhuma hipótese.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONSIGNANTE:

4.1 – Enviar para averbação em folha de pagamento os pedidos de descontos, alterações e exclusões de consignações nos salários dos Servidores Públicos, processados através do sistema PBCONSIG, contratado pela CONSIGNATÁRIA.

4.2 – Informar via arquivo eletrônico para a empresa administradora do sistema PBCONSIG, contratado pela CONSIGNATÁRIA, as margens consignáveis dos servidores, bem como os dados necessários para identificação dos mesmos, a fim de possibilitar a operacionalização e controle das consignações de forma *online*.

4.3 - Repassar mensalmente, em até 72 horas após o fechamento da folha de pagamento, para a empresa administradora do sistema PBCONSIG, o arquivo de retorno da folha para disponibilização dos relatórios de conciliação.

4.4 - Repassar a CONSIGNATÁRIA, preferencialmente até o dia 20 do mês subsequente ao vencido, os valores das prestações descontadas em folha, em razão das consignações objeto deste CONVÊNIO.

Parágrafo único: Uma vez descontados dos mutuários as parcelas das consignações, o não repasse à CONSIGNATÁRIA caracterizará apropriação indébita dos referidos valores por parte da CONSIGNANTE.

4.5 – A CONSIGNANTE se compromete a não acatar pedido de cancelamento das consignações em folha de pagamento apresentado pelos servidores, sem a devida anuência prévia e expressa da CONSIGNATÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRAGAÇÕES DA CONSIGNATÁRIA:

5.1 – Pagar à CONSIGNANTE o valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos), em razão dos custos operacionais referentes aos descontos nos contracheques e outros, sendo este valor deduzido do valor mensal das consignações a ser repassado à CONSIGNATÁRIA, nos termos do art. 19, §3º



do Decreto nº. 32.554, de 01 de novembro de 2011, alterado pelo Decreto nº 39.015, de 25 de fevereiro de 2019.

5.2 – Informar, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor do saldo devedor do empréstimo, quando solicitado pelo devedor.

5.3 – A contratação do sistema de gerenciamento e controle das consignações deverá ser de responsabilidade de todas as consignatárias CREDENCIADAS e, restando a **CONSIGNANTE** apenas cooperar com as demandas técnicas necessárias ao seu funcionamento no que diz respeito ao fornecimento dos dados necessários à operacionalização das consignações e observadas as cláusulas de um termo de cessão de uso do sistema;

5.4 - Divulgar no PBCONSIG as taxas e coeficientes de empréstimos para consulta e simulação pelos servidores públicos através do Portal do Servidor do Estado da Paraíba.

- a. As taxas de juros de empréstimos não deverão ultrapassar o limite de 2,5% (dois vírgula cinco por cento);
- b. As taxas de juros referentes a cartão de crédito consignado não deverão ultrapassar o limite de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento);
- c. Não será permitido à **CONSIGNATÁRIA** cobrar dos servidores taxas de abertura de crédito e outras decorrentes da contratação do empréstimo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:

6.1 – O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

7.1 – Qualquer das partes, sem qualquer ônus, poderá rescindir o presente CONVÊNIO, mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único: A rescisão a que se refere esta cláusula surtirá efeitos imediatos, sem prejuízo do cumprimento integral dos contratos de empréstimos firmados e ainda pendentes de total liquidação, desde que enviados para desconto pelo sistema de consignações da **CONSIGNATÁRIA** através do PBCONSIG.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 - Ocorrendo contestação do servidor sobre o desconto no contracheque, referente à consignação objeto deste CONVÊNIO, a **CONSIGNANTE** solicitará cópia do Contrato à **CONSIGNATÁRIA**, a qual estará obrigada a fornecê-la, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação, com a finalidade de esclarecer dúvidas e tomar as providências que se fizerem necessárias.

8.2 – A importância mutuada de cada empréstimo contratado, nos termos do presente CONVÊNIO, deverá ser depositada pela **CONSIGNATÁRIA** diretamente em conta bancária de titularidade do servidor tomador da consignação, que informará o número de sua conta corrente e a agência bancária.

CLÁUSULA NONA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS –LEI 13.079/2018

9.1 – As partes declaram que cumprem a legislação brasileira sobre privacidade, incluindo a Lei nº 13.079/2018 (LDPD). Declaram, ainda, que sendo necessário o compartilhamento mútuo de dados



peçoais para concessão de empréstimos aos servidores mediante consignação em folha de pagamento, se comprometem a adotar todas as medidas de segurança para proteger dados pessoais e cadastrais sob seu controle.

Parágrafo único: Por meio do contrato de concessão e/ou renovação, o servidor/devedor autorizará ao Banco Daycoval S.A. a realizar o tratamento de seus dados pessoais nos termos da Lei nº 13.079/2018, ressaltando que o tratamento dos dados fornecidos pelo cliente será limitado aos fins previstos nesse termo, em cumprimento a boa fé, e aos princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

10.1 - Fica eleito pelas partes, com a renúncia de qualquer outro, o Foro de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, para dirimir questões e controvérsias provenientes do presente Convênio.

Assim ajustados, firmam o presente Convênio, em 04 (quatro) vias de igual teor, em presença das testemunhas abaixo:

João Pessoa, 01 de fevereiro de 2022.

Carlos Pereira de Carvalho e Silva
Diretor Superintendente do DER/PB

NILO
CAVARZAN:5680
8801800

Assinado de forma digital
por NILO
CAVARZAN:56808801800
Dados: 2022.03.09 16:01:14
-03'00'

NILO CAVARZAN
Banco Daycoval S/A

RICARDO DA
SILVA:042285
43871

Assinado de forma
digital por RICARDO DA
SILVA:04228543871
Dados: 2022.03.07
14:14:25 -03'00'

RICARDO DA SILVA
Banco Daycoval S/A

TESTEMUNHAS:

1 - _____
(Nome completo/ CPF)

2 - _____
(Nome completo/ CPF)